



# **CRIMES QUE CIRCULAM, PRÁTICAS QUE SE MULTIPLICAM: VIOLÊNCIA SEXUAL EM FLORIANÓPOLIS NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR – DÉCADAS DE 1960 E 1970<sup>1</sup>**

***Eva Lucia Gavron***

Universidade Federal do Paraná

E-mail: evagravon@yahoo.com

*Resumo: No contexto da ditadura militar, os jornais de Florianópolis se referiram a uma crescente onda de violência e, direta ou indiretamente, à violência sexual. Como explicação para entender o aumento da criminalidade, os jornais apontaram o aumento populacional e a miséria como causas principais. Além disso, as transformações culturais e sociais dos anos de 1960 e 1970 fizeram emergir uma intolerância frente a alguns crimes, especialmente, aqueles que envolviam as mulheres e as crianças. Este artigo versa sobre a relação existente entre o aumento da criminalidade, o aumento gradual dos crimes sexuais e narrativas dos casos de violências sexuais aferidos nos jornais.*

*Palavras-chave: violência sexual; ditadura militar; criminalidade.*

A cidade de Florianópolis, na década de 1960, teve seu espaço urbano alterado com a vinda de inúmeros migrantes, provenientes de várias regiões, de dentro e de fora do estado de Santa Catarina. Atraídos pela oportunidade de emprego ou de melhor qualidade de vida, esses “novos trabalhadores” nem sempre eram benquistos nas reportagens realizadas pelos jornais da cidade. Os periódicos indicavam que o crescimento populacional era inevitável devido à modernização do espaço urbano, mas que, infelizmente, esse crescimento era desordenado e trazia consigo uma série de problemas sociais, pondo em risco a tranquilidade habitual dos cidadãos da cidade. Como consequência, os jornais anunciavam um aumento da violência, destacando a violência sexual presente na cidade. Para citar somente alguns casos que estavam entre as manchetes dos jornais, temos: histórias de mulheres que engravidavam nas prisões e em manicômios; menores que sofriam abusos sexuais na Fucabem; univer-

<sup>1</sup> Esta pesquisa é parte da tese de doutorado que está sendo desenvolvida sob orientação da Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff e conta com apoio do CNPq.



sitárias que relatavam abusos sexuais nos exames médicos para as aulas de Educação Física da UFSC; militares que desrespeitavam as “senhoritas”; denúncias de torturas nas prisões que envolviam estupros e choques a órgãos genitais. Com o aumento da violência, os habitantes da cidade reivindicavam uma participação mais efetiva da polícia para manter a ordem e a tranquilidade. Em contrapartida, o governo militar aproveitava-se dessa insegurança para reprimir e moralizar os espaços da cidade. Na impossibilidade de conter toda a criminalidade, as investidas dos policiais se direcionavam a determinados grupos, especificamente os mais pobres, acusados de serem os agentes do crime por terem um comportamento desregrado, “incivilizado”. Dessa forma, a polícia justificava suas ações moralizadoras, reprimindo o comportamento social e sexual da população mais pobre, tachada pelos jornais como promíscua e mal-educada.

Entre os crimes visibilizados, os jornais denunciaram os sexuais que, como outros crimes, proliferavam na cidade devido ao aumento da miséria da população, o que significou concluir que, quanto maior fosse o número de pobres, maior seria o número de crimes sexuais. Nesse sentido, o agressor sexual tinha classe social e endereço determinado. Enquanto os jornais apontavam a pobreza como explicação para o aumento dos crimes sexuais, o movimento feminista alegava que a violência contra a mulher fazia parte de uma sociedade estruturada pela dominação masculina, e que, portanto, somente a igualdade entre homens e mulheres poderia levar as mulheres a denunciar, diminuindo, assim, a violência.

Este artigo tem por objetivo abordar o tema da violência sexual e apontar alguns desdobramentos da temática no contexto da ditadura militar. Este período tão sinuoso na história do Brasil, tão triste em suas memórias e turbulento em acontecimentos, é fortemente marcado pela violência, seja por implicações políticas, seja por levantes sociais ou controvérsias do cotidiano. A temática da violência sexual lançada no contexto da ditadura militar permite vislumbrar a efervescência de inúmeros conflitos, desde a relação entre pobreza e criminalidade, até a mudança na sexualidade, os estereótipos dos agressores sexuais, a crescente intolerância à violência sexual e à violência de que as mulheres e crianças eram vítimas.

Em busca de uma certa regularidade na pesquisa em jornais em Florianópolis, enfatizou-se a leitura de *O Estado*, de circulação diária, intercalada com a de outros periódicos como *A Gazeta* e o *Diário Catarinense*, que sofreram descontinuidades em sua edição ao longo desse período. Também foram feitas leituras em *A ponte* e no *Bom dia*, periódicos de baixa tiragem, com poucos números e de publicação independente. É importante salientar que a organização de um jornal passa por uma hierarquia bem definida, que vai do dono do jornal aos repórteres, passando pelo redator-chefe. Os jornais expressam também determinados interesses, servindo a uma determinada clientela, conforme assinalou Débora de Carvalho Figueiredo,

---

**258** Niterói, v. 8, n. 2, 257-281, 1. sem. 2008

citando Tean van Dijk: “o poder baseia-se no acesso privilegiado a recursos sociais valiosos, como riqueza, empregos, *status* e também acesso privilegiado ao discurso e comunicações públicas” (FIQUEIREDO, 1997, p. 46).

Ao estudar o período militar e as formas de censura impostas à imprensa pelo regime autoritário, Anne-Marie Smith pontuou que a falta de uma cultura de massa, conjuntamente com o baixo poder aquisitivo dos brasileiros e o alto índice de analfabetos – que em 1974 chegava a 36% da população – resultaram num dos menores níveis de tiragem dos jornais, se comparados aos de países industrializados e mesmo àqueles em desenvolvimento. Cita o caso da Argentina, onde para cada mil habitantes circulavam 154 jornais, enquanto no Brasil esse número era de 37. Entretanto, salienta que, embora as tiragens sejam pequenas, a influência e a importância dos jornais excedem sobremaneira o número direto de leitores.

Além disso, os principais jornais são em si mesmos produtos culturais, ícones distintos e identificáveis mesmo entre aqueles que não os lêem regularmente. Os jornais são e sempre foram veículo das elites no Brasil, mas provocam repercussões muito além do que indica o número dos seus leitores diretos (SMITH, 2000, p. 51).

As notícias referentes às violências sexuais concentravam-se nos jornais sobretudo nas páginas policiais. Neste espaço reservado ao crime, procuravam, paralelamente com outras violências – como atropelamentos, arrombamentos, assaltos, ações de policiais etc. –, informar o leitor acerca deste universo, um mundo que se acreditava estar à margem da realidade, fora da “normalidade” social.

No contexto da ditadura militar, a criminalidade (furtos, arrombamentos, estupro) representariam uma ameaça à chamada “revolução de 1964”. Assim, foi impossível descolar as reportagens sobre a violência sexual da criminalidade. Ao narrar os crimes sexuais, os jornais anunciavam que uma onda de violência assolava o país. O governo militar, durante o período em que se manteve no poder, procurou ter a sua “legitimidade” apoiada numa suposta “democracia”. Nesse sentido, o aumento da criminalidade e a crescente onda de violência eram um problema “legítimo” do Estado e uma das justificativas para ações abusivas e silenciosas, como prisões arbitrárias, torturas e violações de direitos humanos.

A partir de 1964, os discursos associados à violência urbana praticamente se atrelaram, de maneira intrínseca, a pontos de resistência e obstáculos ao regime político brasileiro. Conforme Anne-Marie Smith, “em vez de combater forças externas, os militares procuravam a subversão dentro da nação. A ameaça de luta interna transformou os cidadãos em inimigos potenciais [...]. A oposição era considerada traição ou insubordinação, e devidamente punida” (SMITH, 2000, p. 34).

---

Niterói, v. 8, n. 2, p. 257-281, 1. sem. 2008 **259**

Ficando conhecidos como os “inimigos da nação” e outros apodos, tais como, os “subversivos”, os “comunistas”, os “sindicalistas”, os “criminosos”, as “prostitutas”, os “hippies” etc., se transformaram em sinônimos de ameaça à tão esperançosa “revolução de 1964”. Assim, o jornal *A Gazeta* descreveu:

A revolução de 31 de março eliminou a cúpula da corrupção e parte da liderança comunista em nosso País, mas não destruiu as suas bases. [...] Inúmeros brasileiros, traidores da sua Pátria, que escapam das malhas do Ato Institucional estão agindo nas caladas, e às vezes ostensivamente sabotando a revolução, dentro das repartições públicas.<sup>2</sup>

Durante todo o período em que os militares estiveram no governo, procuraram construir discursos que legitimassem as suas ações. A caça arbitrária aos “opositores”, aos “vagabundos”, estava ancorada na manutenção da ordem e do bem-estar público. Os possíveis traidores, homens ou mulheres, eram todos os transgressores, seja das ordens, seja dos costumes, que se localizavam à margem das normas, da disciplina e da hierarquia militar.

As ações militares tentavam conter, censurar e punir os movimentos de contestação da política vigente, bem como os “delinqüentes”, as “prostitutas” e os “menores abandonados”, cujo crescimento se intensificaria na década de 1970. Na transgressão da norma, surgiria o “criminoso”, o “bandido”, o “estuprador”, equiparando-se a um “subversivo”, um sujeito ligado ao caos, à anarquia e à desordem.

Para os jornais, a criminalidade estava diretamente associada ao crescimento desordenado da cidade, que presenciava a vinda constante de migrantes de várias partes do estado de Santa Catarina, como de outras regiões do Brasil. A partir dos anos 1950 e principalmente nos anos 1960 e 1970, ocorreu um notável crescimento urbano, incentivado pelo empenho do poder público em expandir a cidade.<sup>3</sup> Este aumento populacional desencadeou um processo de expansão dos perímetros urbanos, ligando os municípios vizinhos de Biguaçu, São José e Palhoça, lugares ocupados pela maioria dos migrantes de renda baixa e média. Conforme Victor Peluso, a população pobre que ocupou os morros do centro da cidade nas décadas de 1940 vai aos poucos invadindo outros espaços. A partir de 1960, eles tomam as regiões montanhosas dos bairros da Trindade, da Agrônômica e o morro do Geraldo, bem como a área do continente e oeste da cidade, como o bairro de Barreiros em São José (PELUSO JUNIOR, 1981).

Estes locais ficavam na periferia da cidade e dali a violência emergiria. Nesse sentido, os jornais da cidade assinalavam a relação do aumento populacional, isto

<sup>2</sup> *Gazeta*, 17/11/64. “Senhor presidente, senhores deputados”. Autor: Deputado da Câmara Federal Diomício Freitas, da bancada da UDN).

<sup>3</sup> Este processo dirigido pelo governo de Celso Ramos e Ivo Silveira teve como objetivo diagnosticar e criar soluções para proporcionar o desenvolvimento do estado, espelhado no projeto nacional proposto pelo governo militar.

é, a vinda dos migrantes pobres, com o aumento da criminalidade. Esta notícia, de 1975, do jornal *O Estado*, aponta nessa direção:

A população marginal agregada mensalmente a uma cidade que sofre de uma aguda incapacidade de absorção de mão-de-obra atinge níveis quase alarmantes considerando os contingentes humanos que diariamente desembarcam na capital, procedentes de municípios vizinhos [...] o resultado imediato desse fenômeno migratório descontrolado é a elevação dos índices de criminalidade, a peregrinação pelas ruas de clãs organizados de pedintes e de pequenos assaltantes. (*O Estado*, 19/03/1975)

Tal justificativa se encontrava não apenas nos jornais, como também nos livros de psiquiatria publicados na época. Segundo Antonio Santaella, médico psiquiatra e coordenador da Associação Catarinense de Psiquiatria, fundada em 1965, os “inconvenientes do superurbanismo, como o êxodo das populações rurais e a afluência para a grande cidade de uma camada da população primitiva e mal preparada para enfrentar as condições da vida urbana”, têm “subculturas e estabelecem padrões de vida, formas de ajustamento mesmo patológico de grupos humanos” (SANTAELLA, 1976, p. 86).

Interessante é perceber algumas das explicações freqüentes nos jornais para o aumento da criminalidade. A primeira e mais comum das justificativas era a de que a criminalidade crescia porque a população pobre também estava a aumentar nos arredores das cidades. Possuidores de péssimos hábitos, com falta de instrução, estes migrantes pobres detinham características que os motivavam para o mundo do crime. A ausência de uma estrutura familiar justificaria também o caminho para a criminalidade. Por fim, haveria os traumas psicológicos, em razão dos quais se ocasionariam danos irreversíveis na infância e na formação dos jovens, atrelados com novas invenções de desejos pela sociedade capitalista – o que em última análise geraria adultos revoltados com sérios distúrbios e tendências criminosas.

Concomitantemente com a criminalidade emergiram nos jornais manifestações de intranqüilidade dos moradores que, até então, “desconheciam” esta faceta urbana. O título de uma das notícias declarava: “Conquistadores audaciosos atacam na calada da noite”. Na reportagem, escrevia-se que:

À noite, em Florianópolis, não há condições para que uma mulher, mesmo acompanhada, saia às ruas. Quem assim se queixa é a bancária Loraine Crig, argumentando que, não bastassem os gracejos, os notívagos estão ficando mais audaciosos e partindo para a agressão. (*O Estado*, 04/05/1973)

Nesta notícia de 1973, constata-se a reivindicação de mulheres por maior segurança para poder andar na rua. Esta abordagem demonstra a mudança da condição feminina na cidade já que, décadas antes, condenava-se a circulação de mulheres a sós nos espaços públicos. Na reportagem, a mulher denuncia o perigo e exige maior

---

Niterói, v. 8, n. 2, p. 257-281, 1. sem. 2008 **261**

liberdade; quer andar sozinha e quer fazê-lo à noite, algo impensável nos tempos de outrora (GAVRON, 2002). Contudo, a cidade estava sendo invadida por estranhos sem nomes, pobres sem identidade. Daí a reivindicação de um policiamento ostensivo, para a garantia do sossego público.

A ocorrência sucessiva de vários fatos, em conseqüência da ação dos marginais que andam à noite pelas ruas da cidade, está a reclamar das autoridades a organização de um policiamento noturno que venha pôr fim a esses abusos. O crescimento populacional de Florianópolis e o fato, em si, de ser ela a Capital do Estado, não pode deixá-la atravessar as noites sem a vigilância tranqüilizadora da polícia, que deverá proteger, naquelas horas, o descanso dos seus cidadãos. (*O Estado*, 11/01/1968)

O regime militar procurava, a partir de “duras” investidas, informar os jornais de seus avanços no controle do crime, a fim de provar que uma vigilância permanente, por meio de um policiamento eficiente, poderia assegurar ao cidadão o controle da criminalidade. Desta forma, os jornais anunciavam as investidas dos policiais:

Tendo conseguido baixar de forma significativa o índice de roubos e arrombamentos verificados na cidade, as autoridades passaram agora a empreender ação preventiva, visando livrá-la definitivamente dos indesejáveis e prejudiciais ladrões, além de dinamizarem os serviços de repressão ao meretrício, outro tipo de crime que, de forma assustadora, prolifera na cidade. (*Diário Catarinense*, 06/02/1976)

Uma das funções do governo era garantir a manutenção da ordem e promover o desenvolvimento econômico. O intuito era conseguir que, concomitantemente com o progresso, os cuidados com a segurança fossem assegurados. Para tanto, a preservação da ordem era fundamental, visto que “cada vez mais a segurança penetra o desenvolvimento e vice-versa [...]. O que se pretende com a segurança é a preservação dos valores. Os valores são os do sistema sociocultural. As ações de segurança envolvem o uso do poder” (*Ação catarinense de desenvolvimento, ano 3, governo Colombo Salles, 1974*)

Contudo, a questão era bem mais complexa. Não bastava apenas controlar e diminuir a onda de violência que assolava a cidade; era preciso, ainda, manter os valores morais e, dessa forma, garantir a ordem e os bons costumes. Pensando nisso, várias ações policiais buscavam prevenir a proliferação das “condutas indesejadas”, como os atos que infringiriam a moral pública:

As autoridades policiais estão exercendo uma “blitz” de prevenção, visando terminar com os estacionamentos de automóveis nas praias, durante a noite. A informação foi prestada ontem à tarde pelo Secretário Vieira da Rosa, da Segurança Pública, acrescentando que essa campanha depende muito dos policiais, “pois existem os mais humanos, os agressivos e aqueles que cumprem as normas rigidamente”.

---

**262** Niterói, v. 8, n. 2, 257-281, 1. sem. 2008

Salientou que os casais de namorados são abordados somente quando ultrapassam certos limites e atentam contra os bons costumes. (*O Estado*, 20/10/1970)

Com o objetivo de moralizar os namoros em vias públicas, as ações dos policiais poderiam ser também ríspidas e agressivas, como salientou o secretário de Segurança Pública, o general Vieira da Rosa. Nesse sentido, esta notícia possibilita perceber que, entre os policiais, existiriam os mais “humanizados”, como também os mais agressivos, mais brutos e violentos. Nos jornais, notícias de torturas, violências e sevícias cometidas por policiais revelavam um período marcado por forte repressão, autoritarismo e também por conflitos interpessoais e de gênero. Uma reportagem descreve:

O motorista de táxi Manoel Silveira Neto foi violentamente agredido por dois policiais. MOTIVO – Conta o motorista de táxi que, na madrugada da última sexta-feira, por volta de seis horas, deu uma passada no bar Jean, defronte ao cine Glória, no Estreito, quando percebeu que dois elementos estavam “enchendo a cara” e estavam querendo sair com uma moça que estava no bar. Como não estavam conseguindo, relata ele, tentaram fazer na força e começaram “a dar pau na guria. Rasgaram a blusa na altura do ombro, pegaram-na pelo cabelo e com violência a jogaram para a rua.

Ao sentir que o abuso e a violência eram demais, embarcou no seu carro de praça e foi direto para a Delegacia do Estado registrar a queixa. Mas, segundo ele, nem teve tempo de começar a falar porque os dois elementos chegaram no mesmo momento e entraram “dando pau e batendo para valer”. Somente ali percebeu que os mesmo eram polícias da própria delegacia. (*O Estado*, 19/11/1978)

Os policiais foram alvo de muitas denúncias de práticas de violência. Títulos de algumas manchetes dos jornais descreviam: “Polícia espanca velho de 64 anos”, “Bancário vítima de tortura acusa a Polícia Federal”, “Policiais violentos castigam menor da Costeira com cintadas”, “Mulher foi à delegacia e disse que apanhou de um PM”. Entretanto, as críticas e denúncias eram na sua maioria justificadas pelo próprio jornal em reportagens posteriores, em que falas de “autoridades” endossavam ou negavam o caso, como se verifica, por exemplo, no seguinte trecho:

Demonstrando muita tranqüilidade, o major Sidney Pacheco, titular da Delegacia de Furtos, Roubo e Defraudações, declarou na noite de ontem que as acusações de tortura de presos por parte de policiais lotados em sua delegacia não correspondem à realidade. [...]. Por razões ainda ignoradas, que não foram levadas a público, o advogado (Taltíbio Araújo) resolveu representar queixa contra o delegado, acusando-o de atos arbitrários, violência e tortura contra 28 presos comuns. (*O Estado*, 11/05/1976)

Se num dia havia denúncias de arbitrariedades de alguns policiais no jornal, no outro apareciam notas recheadas de explicações, procurando, na medida do possível, legitimar a ação desses profissionais. A censura à imprensa brasileira se prolongou por todo o regime militar (1964-1985), “embora a grande imprensa quase nunca foi

Niterói, v. 8, n. 2, p. 257-281, 1. sem. 2008 **263**

censurada formalmente; em vez disso havia um acordo de cavalheiros – ou assim o alegavam as ‘autoridades constituídas’” (SMITH, 2000, p. 45).

Mesmo com todas as intempéries, alguns jornalistas não se furtaram a publicar críticas que evidenciavam o descontentamento com as atitudes abusivas da repressão militar,

O repórter deste jornal, José Carlos Soares, foi brutalmente espancado por policiais quando procurava fazer a cobertura do incêndio. Nem mesmo alegando a sua condição de jornalista que estava ao serviço de A GAZETA, os policiais comandados pelo Tenente Pedro Bernardito deixaram de agredir o profissional.

Destas colunas lançamos os nossos protestos contra a ação desvairada da força policial, que justamente deve ter a calma que a população não possui nestes momentos difíceis. Ao mesmo tempo, dirigimos esses mesmos protestos ao comando da Polícia Militar que tem tido na imprensa – e também neste jornal – a cobertura de que necessita. (*Gazeta*, 20/03/1968)

Por conta dos ares impostos de “democracia”, as denúncias de prisões arbitrárias, uso indevido de força, sadismo, tortura e sevícias repercutiam negativamente para a imagem dos policiais, gerando um certo mal-estar entre os cidadãos e defensores da “lei”. A notícia do jornal *Diário Catarinense*, de janeiro de 1975, argumentava que “os elementos que representam a lei têm que ser preparados para o cumprimento de sua missão: proteger a sociedade, e não transformar o cidadão em saco de pancada para esvaziar os instintos bestiais”.

Entretanto, já em 1970, se abordava o tema das “abordagens brutas” por parte de alguns policiais e se pensava em estratégias viáveis para amenizar o problema.

Falando sobre lições de urbanidade proferidas para aqueles que mantêm contato direto com o público, declarou o General Vieira da Rosa que a partir de agora todo candidato à Escola de Polícia, além dos testes normais e dos exames psicotécnicos, deve cursar um estágio de Relações Públicas para que os policiais saibam tratar melhor as pessoas e “nossa maior pregação junto a esses elementos é a de acabar com a violência, usando diplomacia”. (*O Estado*, 20/10/1970)

Se um dos objetivos da polícia era preservar e manter a ordem, oferecendo segurança a seus cidadãos, a sua função também exigiria o contato direto com a violência; afinal, ela representava um dos motivos pelos quais a presença dos policiais se fazia presente nas ruas, nas festas, nos campos de futebol, no controle da moralidade pública. Mas, com a imagem negativa da polícia, recorrer a ela nem sempre era aconselhável, sendo que, às vezes, a insinuação de acionar um agente policial era suficiente para gerar um certo temor. Num processo-crime de 1969, o promotor descreveu:

---

**264** Niterói, v. 8, n. 2, 257-281, 1. sem. 2008



No dia 5 de outubro de 1969, o denunciado, que diz ser cego, pediu ao Sr. F. F. N., na casa deste, em Barreiros, que deixasse sua filha menor, M. N., com 10 anos de idade, que lhe servisse de guia, a ele, denunciado, ao distrito de Trindade, para esmolar, onde, em casa de Marcolino de Tal, dormiu na mesma cama com a dita menor, com a qual tentou manter relações sexuais, não conseguindo mercê da idade da vítima, de quem o denunciado feriu as partes genitais e a quem transmitiu doenças venéreas (gonorréia) usando então de violência contra a vítima. (Proc. n.º 2242/1ª Vara, 1969)

Em depoimento à polícia, a menor narrou que, “na ocasião em que a mesma queria gritar por socorro”, o acusado a ameaçou “dizendo que se gritasse, chamava a polícia, para matar a ofendida”. Sua mãe também declarou que “a mesma tem muito medo de polícia, consentiu que o monstro lhe fizesse o que fez” (Proc. n.º 2242/1ª Vara, 1969). É impossível calcular aqui, nem esse é o objetivo deste artigo, até que ponto se tinha medo da polícia e se esta imagem poderia interferir no cotidiano. Contudo este trecho do processo-crime, sobreposto com as notícias dos jornais, permitiu verificar uma constante tensão e insegurança entre civis e militares. Em plena ditadura militar, a escolha do delegado de polícia se dava por indicação, independentemente de ser o responsável bacharel em Direito.

Além das arbitrariedades policiais, os jornalistas também encontravam dificuldades para receber informações do governo. “Em todos os níveis do regime e no decorrer de suas muitas mudanças, era simplesmente difícil obter notícias das autoridades. Tal fato revela a existência de uma atitude de desprezo pela própria notícia e pelo povo, afora a opinião do regime da imprensa em si” (SMITH, 2000, p. 85). Nessa reportagem, intitulada “Grosserias”, o jornal publicou:

Adésio Gustavo Vieira, delegado de Costumes, é um campeão nas pequenas indelicadezas: ontem ele bateu a porta de seu gabinete “na cara” do repórter Paulo Goetz, do *Jornal de Santa Catarina*, negando-se a prestar quaisquer esclarecimentos sobre as atividades de sua delegacia (*O Estado*, 13/08/1980).

Conforme Anne-Marie Smith,

Em geral, as notícias eram tratadas como material controlado, não como um bem público ou produto da esfera pública. As próprias notícias pertenciam ao Estado e eram compartilhadas a seu critério. Assim sendo, tinham de ser controladas pelo regime para o bem da sociedade, mas sem a participação, ou o conhecimento, da sociedade. (SMITH, 2000, p. 85)

Em Florianópolis, os dados fornecidos pelas delegacias aos jornais eram controlados, bem como os levantamentos estatísticos e os números totais das queixas registradas. Notadamente, os casos de queixas de estupros não faziam parte das estatísticas, como se as queixas de violências sexuais não existissem na cidade. No entanto, os processos-crime encontrados nos arquivos da 2ª, 3ª e 4ª Vara Crime da Comarca de Florianópolis eram bem significativos e demonstravam o contrário.

---

Niterói, v. 8, n. 2, p. 257-281, 1. sem. 2008 **265**

Em 1960, no Arquivo do Superior Tribunal de Justiça, foram encontrados 11 processos de crimes sexuais, de estupro e de atentado ao pudor. Na década seguinte, este número passou para 30, e nos primeiros cinco anos de 1980 foram encontrados 26 processos. Os dados confirmam a presença desse tipo de delito na cidade. Embora houvesse preocupação por parte dos jornais em mostrar o aumento da criminalidade e a falta de segurança, a violência derivada de conflitos interpessoais causava nessa época pouca inquietação social, alguns, inclusive, anteviam seu final:

A violência passional já deixou de existir no Brasil. Atualmente o que existe é uma onda irracional de violência que pode ter sido gerada por uma falta de motivação estrutural e social. Esta observação foi feita por psiquiatras paulistas. Para eles, o homem, ao tornar-se assassino da mulher que ele ama, não deve ter nada mais que fazer na vida. (*O Estado*, 06/07/1973)

Na época, os crimes passionais, e sem dúvida podemos incluir aí os casos de estupro, possuíam um grau de tolerância bem maior do que temos atualmente. Guillerbaud, num estudo realizado no final dos anos 1990, na França, sobre a moral sexual e seus interditos, pontua que “a partir dos 70-75 até ao último terço dos anos 80, havia prevalecido no Ocidente um ponto de vista relativamente neutro, ou mesmo benevolente, em relação à pedofilia e ao incesto, mesmo quando eram, por vezes, colocados na relação dos ‘interditos’ que se propunha um dia eliminar”. (GUILLERBAUD, 1999, p. 25). Vale lembrar também que o Colóquio Internacional sobre descriminalização realizado em Bellagio, em maio de 1973, propôs uma lista com vários infrações penais que deveriam ser descriminalizadas, como o adultério, o homossexualismo, o incesto, o aborto e a “relações sexuais com menores” (REVISTA de Direito Penal, 1973, p. 65) o que reforçava a tolerância de algumas práticas sociais neste período.

Uma hipótese para compreender por que os crimes de estupro não entravam nas estatísticas pode ser uma provável condescendência em relação ao crime praticado no corpo feminino e no corpo infantil. Um exemplo dessa tolerância foi encontrado no seguinte relato de violência conjugal, transformado em pequena sátira do cotidiano.

Contrariando seus hábitos normais de descansar aos sábados, Frederico José da Silva, residente na Rua Antônio Eleutério Viveira, 39 – fundos (Agrônômica) decidiu-se por um programa diferente para esse final de semana. O negócio seria estrangular sua esposa Ana Antônio da Silva. Por motivos ainda não apurados, atracou-se ao seu pescoço e, não fora a interferência de vizinhos, talvez a tivesse mandado desta para melhor. (*Diário Catarinense*, 25/02/1975)

As mulheres, preferencialmente as mais pobres, alienadas da realidade ou predestinadas ao sofrimento, pagariam com o próprio corpo as incertezas da vida, justificando as ações arbitrárias dos seus cônjuges, como retratou esta notícia de jornal que teve a seguinte chamada: “Mulher apanhava do marido mas não achava ruim”, assim como outra, intitulada “Vida de cadela”:

---

**266** Niterói, v. 8, n. 2, 257-281, 1. sem. 2008

Anteontem, Vilma, mãe de uma escadinha de bacuri e testa-de-ferro, sofreu mais uma amarga desilusão por parte de seu marido, J.F.F. Mal acordou para recomençar a infundável luta, quando foi surpreendida pela chegada de José que, em companhia de seu irmão Manoel, parecia mais um gambá de tanto "mé" que enxugara. E José, além de curtido, estava por demais xarope. Começou a lhe passar ordens, só para comprovar se ainda valia sua moral. Ao ver que já não cantava mais de galo por consideração, devido à indiferença de Vilma, quis cantar em outro tom. Pulou em cima de sua mulher e, sem dó nem piedade, passou a lhe aplicar uma sessão de "carinhos". Depois de muito machucá-la, endoidou, amontoando os cacarecos no meio da rua. Pisada e humilhada, a sofredora Vilma pediu um tempo e se mandou com as crias, desejando que pinte dobrado para Zé tudo aquilo que lhe deu. (*O Estado*, 01/02/1981)

A violência de que a mulher era vítima<sup>4</sup> se tornou cada vez mais intolerável com o passar dos anos, especialmente na década de 1980. Mas, nesse período, a violência foi descrita no jornal com bastante naturalidade; afinal, como seria a vida de uma "cadela"? Dentro dessas relações amorosas, as lesões físicas fariam parte do enredo dos enlaces, assim como os atos sexuais forçados estariam longe de serem concebidos como estupro. As relações sexuais, sejam elas violentas ou não, faziam e ainda fazem parte de um dos "deveres" dos cônjuges.

Atualmente, no Brasil, já existem decisões judiciais que admitem a prática do crime de estupro pelo marido, embora a relação sexual seja compreendida como um dos deveres do casamento. Caso um dos cônjuges se sinta prejudicado pela omissão dos deveres de um dos parceiros, pode pedir o término da sociedade conjugal na esfera civil, tendo como justificativa a quebra de uma das obrigações matrimoniais. Ao estudar os acórdãos das decisões de estupro, na Inglaterra, entre 1986 e 1997, Débora de Carvalho Figueiredo apontou uma diferença significativa nos casos de estupro marital e estupro com desconhecidos. No primeiro caso, o fato de os homens possuírem uma relação afetiva com as parceiras e usarem a coerção para chegar ao seu intento não os transformava em monstros, doentes ou desequilibrados, estereótipo freqüente dos estupradores, mas sim em frustrados e desesperados (FIGUEIREDO, 2003). Embora a comparação com o Brasil seja um pouco desmedida, já que estamos em contextos diferentes, a matéria de *O Estado*, anteriormente citada, possibilita se fazer tal comparação. Vilma era uma mulher pobre, marcada pela violência da vida, inclusive a do marido, que num gesto de desespero, visto que "não cantava mais de galo", passou a "aplicar uma sessão de 'carinhos'". O marido seria um desequilibrado que a vida lhe apresentou como cônjuge.

Em 1973, com base nas mudanças culturais e sociais, o jornal previa que os crimes passionais tenderiam a desaparecer, assim como o crime de estupro. A partir do Encontro dos Delegados Regionais da Polícia Civil do Estado, em 1981, o delegado Ademar Rezende, ao fazer o balanço geral do ano, observou que

<sup>4</sup> Segundo Maria Luiza Herborn, a violência contra a mulher pode ser tipificada basicamente por três modalidades: assassinato, lesões corporais e estupro. Ver: Velho; Alvito (2000, p. 91).

os crimes contra a honra (estupros, calúnias, difamações) têm sofrido um decréscimo bastante grande. Na sua opinião, isto está ocorrendo principalmente pelo fato de que atualmente há um maior desprendimento das pessoas em relação “às normas da sociedade”, uma liberdade de costumes. (*O Estado*, 19/12/1981)

Presume-se que, para o delegado, o “maior desprendimento das pessoas” tinha a ver com a revolução sexual dos anos 1960 e 1970, com o debate sobre o prazer sexual, com o controle da natalidade a partir da pílula anticoncepcional. Tomando por base revistas femininas e masculinas publicadas entre 1969 e 1979, Roselane Neckel estudou os discursos e representações relativas à liberdade sexual e felicidade conjugal nos meios de comunicação. Segundo a autora, no Brasil, durante a ditadura militar, “ocorreu a popularização de uma ‘ciência sexual’ e [...] os debates sobre a ‘liberação sexual’ feminina e sobre a ‘igualdade’ entre homens e mulheres, abertos no âmbito internacional e nacional, foram divulgados pela imprensa” (NECKEL, 2004, p. 38).

Um dos inspiradores dessa nova economia sexual dos anos 1960 e 1970 foi o psicanalista austríaco Wilhem Reich. No Brasil, sua influência foi muito significativa, embora seu nome fosse pouco relacionado com as discussões sobre a emancipação do sexo. Suas teorias impregnaram os jornais e revistas, em assuntos como “Virgindade em debate” ou “Quando o sexo é problema”. Segundo Guillerbaud, as nossas sociedades se tornaram mais ou menos “reichianas” sem saber, e até hoje “ainda o são”. Para Reich: “Quem está morrendo de fome não tem o impulso de roubar e não tem, portanto, necessidade de uma moral que o impeça de roubar. A mesma lei fundamental é válida para a sexualidade: quem está sexualmente satisfeito não tem impulso de violentar, nem tem necessidade de uma moral que detenha tal impulso” (GUILLERBAUD, 1999, p.51). Nessa ótica, um indivíduo sexualmente satisfeito não teria necessidade de conseguir pela força aquilo que poderia alcançar pela sedução. Ainda mais se suas “necessidades genitais” fossem facilmente satisfeitas, no contexto de um mercado sexual cada vez maior.

Entretanto, longe de desaparecerem, os “crimes contra a honra” ou os crimes sexuais tiveram um aumento gradual, não somente no Brasil, como em outros países ocidentais. Novas formas de se relacionar sexualmente, de libertação sexual, de pensar a sexualidade e o sexo repercutiram nos modelos de relações, redimensionando as regras e estabelecendo outros limites. Para Foucault, a concepção de sexualidade construída pelos diferentes discursos de verdade dos séculos XVIII e XIX implicou na construção do sujeito moderno. A sexualidade condensara a verdade sobre o sujeito, sendo, portanto, necessário “conhecer-se a si mesmo”, para melhor revelar-se (FOUCAULT, 2005).

Se certas formas de violência sexual – tais como incesto e pedofilia – provocavam, no passado, reprovação e um certo desconforto emocional, nos anos 1990 elas

---

**268** Niterói, v. 8, n. 2, 257-281, 1. sem. 2008

passaram a ser recebidas com uma repulsa generalizada, num processo de visibilidade e de desdobramento efetivo. Não obstante, na década de 1970, e mais ainda nos primeiros anos da década de 1980, assistiu-se a um aumento gradual das denúncias. Como veremos a seguir, os jornais refletem o conflito de uma sociedade que atenuava os casos de violência sexual, uma sociedade marcada pela contradição, pelo processo de transformação. Os anos de 1970 e 1980 testemunhariam o desenvolvimento de um novo olhar sobre o abuso sexual, e o surgimento de outras formas de conceber a imagem da vítima e do agressor sexual.

## Maníacos, tarados e “lubrificadores”

Durante os anos que vão de 1964 a 1985, inúmeras notícias se referiram direta ou indiretamente a casos ou debates sobre a violência sexual. Para esta análise, foram selecionadas 33 notícias. Na sua maioria, os títulos das reportagens utilizam termos como “maníaco”, “tarado” e “estupro”.

Este recorte permitiu concluir que há muitas faces quando nos referimos aos crimes sexuais e ao agressor sexual. Estas representações se desdobram em vários estereótipos, geralmente, baseados no lugar social e cultural do agressor. Nos discursos das reportagens, podemos destacar a construção de três sujeitos distintos: o tarado, o delinqüente e o monstro. Embora diferentes, estes “modelos” apresentam algumas semelhanças, como veremos a seguir.

Chamar alguém de tarado não lançaria sobre o indivíduo necessariamente o estereótipo do estuprador ou maníaco, palavras com carga maior de anátema. A palavra “tarado” e o sentido social atribuído a ela possuem uma compreensão bastante ambivalente. Etimologicamente provém de tarar, uma medida de peso que, com o passar do tempo, passou a ser também sinônimo de defeito físico ou moral, degeneração, depravação, e, por extensão, degenerado sexual. A partir da leitura dos jornais, percebe-se que um tarado não é um estuprador. Considera-se tarado um depravado por pensar demasiadamente em sexo, sem o propósito de concretizá-lo; ou ainda um “louco por sexo”, incapaz de controlar seus impulsos sexuais. Também alguém que escreve sobre peripécias sexuais, como o escritor Nelson Rodrigues, poderia ser assim chamado. Enfim, o sentido social e cultural do “tarado” possui inúmeras dimensões, dependendo sempre do contexto enfatizado.

Esta notícia de novembro de 1980 apresentou a imagem do tarado impulsivo, desses que gostavam de mostrar a “virilidade” (entenda-se pênis), e que não conseguiu controlar o instinto sexual; intitulava-se “Lubrificador de colegiais”:

O exibicionista e tarado V.K. (17 anos), lubrificador de profissão, mas também “lubrificador” de colegiais nas horas vagas, levará um bom mofo para deixar de lado a tensão que espa-

---

Niterói, v. 8, n. 2, p. 257-281, 1. sem. 2008 269

lhara nas alunas do Colégio Juscelino Kubistcheck, em Serraria, no município de São José. O menor exibia as partes íntimas para as colegiais de forma a surpreendê-las. Foi pego em uma armadilha urdida pelos pais das meninas. [...] Conduzido até à Delegacia de São José, o jovem taradinho arrependeu-se e jurou que nunca mais vai abaixar as calças nem vai servir de modelo para fantasiar o sonho pueril das colegiais. (*O Estado*, 20/11/1980)

Nesse contexto, o tarado é um sujeito inofensivo. O menor V. K. foi descrito como um “menor” que gostava de chamar a atenção e mostrar suas “partes íntimas”. Em vez de sujeito desequilibrado, com problemas mentais ou tendências violentas, o “taradinho” se define mais como um sujeito que tem por hábito fazer gracinhas e, dessa forma, quebrar o sossego público. A possível ameaça que poderia trazer a exibição de um pênis ficou restrita à fantasia de um jogo erótico, do “sonho pueril das colegiais”.

Outra notícia muito interessante e que revela a relação “desajustada” do tarado com a sociedade foi intitulada: “Tarado ataca beata”. Neste caso, o indivíduo é acusado de ser *tarado* por não controlar os instintos sexuais, e de ser *idiota* por não ter discernido o horário e o local em que mulheres distintas se dirigiam à igreja:

Um ridículo e tremendo débil-mental é o que é o lavador de carros Osvaldo do Amaral, residente na pensão Flora na Rua Conselheiro Mafra. Pouco antes de iniciar a missa das 7h na Igreja Santo Antônio, Osvaldo, estado crítico de superexcitação, postou-se nas escadarias do templo e começou a cantar todas as senhoras que cedo iam alimentar sua fé. Não resistindo aos encantos de uma jovem cristã, o tarado avançou em seus ímpetos, tentando agarrá-la. Gritarias, corre-corre, jogaram até uma Bíblia na cabeça do tarado, voltando a paz espiritual no recinto apenas com a chegada da RP-178, que conduziu Osvaldo para o 2º DP, jogando um jato de água fria em sua fervura endemoniada. (*O Estado*, 07/11/1980)

Coisas do demônio para uns, sem-vergonha para outros, o fato é que nem as beatas conseguiram passar incólumes sem despertar o devaneio do sexo masculino. Neste caso, o tarado é arrastado pelo desejo do sexo, pois agarra e persegue as mulheres, fala publicamente de sacanagem, é um doidivanas sem escrúpulos, sem pudor. O mesmo pode-se dizer de Francisco, preso “pela Delegacia de Polícia do Estreito por estar perseguindo moças em plena via pública e ainda dirigindo palavras de baixo calão contra algumas jovens” (*Gazeta*, 19/03/1968). Contudo, esse tipo de “tarado” não ataca sem provocação; ele precisa de um estímulo. O ser feminino o encoraja, o incentiva, o faz perder a noção de realidade, dos parâmetros morais, de tal maneira que suas ações podem ser justificadas pela incrível presença feminina. Sem esta última, o tarado seria apenas uma realidade subjetiva.

Este “tarado” a que o jornal se referia não tinha uma ligação direta com a violência. Flutuaria entre a libertinagem e a transgressão. Para que houvesse esta ligação com a violência sexual, era necessário que o termo fosse associado à palavra “maníaco” ou “estuprador”. Nestes casos, a notícia – que apresentava traços de uma

---

**270** Niterói, v. 8, n. 2, 257-281, 1. sem. 2008

certa benevolência – passa a fazer comparações bem mais pejorativas, como “estuprador”, “anormal” e “monstro”. Nesse contexto, o tarado é envolto num sentimento de desprezo, por ter perpetrado algo moralmente repugnante.

Segundo Vigarello, a palavra “estuprador” passou a existir por volta do século XVIII, e apenas no século XIX, as perversões sexuais foram classificadas. Nesse ordenamento dos comportamentos sexuais, os pobres foram descritos com a maior probabilidade de desenvolver alguma perversão sexual, ou seja, o estuprador era alguém formado na marginalidade, pobre e miserável (VIGARELLO, 1998, p. 171-206). Vigarello concluiu que na França, no Antigo Regime e também no século XIX, acreditava-se que os crimes sexuais estavam vinculados à pobreza. No Brasil do século XX, as reportagens enfatizam também a miséria, social e econômica, como causa preponderante desse tipo de crime. No jornal, o estuprador é retratado como transgressor, um sujeito que lança mão de artifícios inadmissíveis para conseguir ou tentar o congresso sexual. Se o sujeito quebra uma norma e comete um crime, ele é, portanto, criminoso. Crime e delinquência, como já foi mencionado, estão associados ao discurso da pobreza, da miséria.

Nas reportagens em que a profissão do acusado de estupro foi referida, temos: pescador, pintor, motorista, pedreiro, lavador de carro, policial – todos pertencentes ao mesmo nível econômico e social. O estuprador retratado no jornal é um homem pobre, mal-educado, “incivilizado”; sua imagem decorre do meio social de que se origina.

Contudo, não bastava apenas ser pobre, a construção do perfil “perverso” do estuprador e de sua periculosidade dependeria de outras facetas, como a reincidência, idade, cor, posição social dele e da vítima. O estuprador escolhe sua vítima; mas a vítima e seu corpo classificam o estuprador. Vigarello aponta como a “qualidade da pessoa a quem a violência é feita aumenta ou diminui o crime. A distância social modula a escala de gravidade dos crimes em uma sociedade de classes, distribuindo o peso das violências segundo a condição das vítimas” (VIGARELLO, 1998, p. 23). Ainda que se referindo à sociedade francesa do Antigo Regime, o raciocínio de Vigarello é adequado à situação de Florianópolis, o que pode ser visto nas notícias dos jornais.

No jornal, a imagem do estuprador é construída pela vítima, pelo meio social em que vive e pela quantidade de crimes praticados. Quanto maior o número de casos denunciados e quanto menor a idade da vítima, maior será a sua monstruosidade; no limite, estão-lhe reservadas alcunhas como “louco” e “maníaco”. Pela leitura dos jornais, podemos notar diferentes “ordens” de estupradores. O estuprador pode ser um delinqüente ou uma espécie de “tarado” desprovido de intencionalidade de violência, como também um “maníaco”, louco, insano e irrecuperável, um degenerado sexualmente.

O estupro delinqüente é um homem pobre, que provém de meios sociais promíscuos, que age inseqüentemente, um ser malvado, perturbado e perigoso, mas consciente de suas ações – como Leleco, que foi condenado a oito anos de prisão por crime de roubo e estupro.

Próximo de atingir a maioridade, no entanto, seus crimes passaram a demonstrar um visível aumento de periculosidade, sendo que, apesar de ainda ser menor, já era tratado com um marginal com considerável bagagem por parte dos agentes de polícia. [...] “Leleco saiu andando a esmo pelo bairro de Coqueiros, uma região habitada por uma casta social mais elevada e, por isso mesmo, um dos mais privilegiados por toda a sorte de marginais”. Leleco não vacilou em aproveitar a situação e a forçar a jovem a manter relações sexuais. Como esta lhe oferecesse resistência de imediato, Leleco apelou para a faca que trazia consigo e, segundo ficou provado nos autos do processo, chegando a ferir a jovem com um corte no pescoço, só assim conseguindo consumir seu intento. (*O Estado*, 12/06/1982)

O jornal ressalta a violência que cometeu o “marginal”, a luta da vítima para se livrar do invasor, sua resistência para impedir a relação sexual. Por levar uma faca, ele acabou conseguindo “consumar seu intento”. O crime se referia a uma jovem de uma “casta social mais elevada”. Embora a manchete defina Leleco como estupro, a notícia não fala de estupro, preservando a vítima e o corpo violentado.

Entretanto, a ação de violência e sua intencionalidade dependeriam do lugar da ocorrência. É o que se percebe no caso de M.C.R, que apresentou lesões corporais, o “lábio inchado” e “peito machucado”. Nessa situação, o local mereceu destaque ao se narrar a denúncia:

O incidente mais grave registrado pela Delegacia de Polícia de São José durante os seis dias de Carnaval foi um estupro em Barreiros, no qual estiveram envolvidos os jovens M.C.R., de 21 anos, e Paulo da Rosa Lúcia, de 25 anos. Depois de se encontrarem no Clube 1º de Maio, eles foram para a praia, e em seguida o rapaz tentou manter relação sexual com a vítima. Mesmo estando já despida, ela se negou a praticar o ato, e por isso foi agredida e violentada por Paulo. Com os lábios inchados e com o peito machucado, ela foi encontrada por policiais que faziam vigilância no local. O estupro foi preso e os policiais constataram que ele estava ‘embriagado e dopado’. A jovem, que se sentiu mal no Clube, aceitou a ajuda de Paulo para sair; eles tinham acabado de se conhecer. (*O Estado*, 25/02/1982)

A vítima tinha acabado de conhecer o rapaz – como foi ela capaz de depositar tanta confiança em um desconhecido? Ainda mais estando ele, o estupro, “embriagado e dopado”. Comparando-se esta matéria com a do dia 12/6, anteriormente mencionada, percebe-se um certo julgamento de valor. A primeira ressalta o caráter da vítima, que se defende até o último momento antes da violação. A segunda – que relata episódio ocorrido na periferia, durante o carnaval – traz implícita uma opinião bastante comum em casos de estupro: a de que a mulher geralmente tem culpa, já que provoca o “instinto masculino”. Mesmo dando a entender que houve uma luta



corporal para impedir a violência, isto não é ressaltado como na primeira notícia; afinal, a jovem estava “despida”, de posse, portanto, de um corpo erotizado.

Bataille entende todo o ato sexual como um ato de transgressão, e, portanto, também como uma forma de violação, o erotismo vindo justamente da transgressão que a violência adiciona aos jogos eróticos (BATAILLE, 2004). Desta forma, pode-se compreender como o jornal é capaz de pensar a convivência da moça M.C.R. com os propósitos de seu “estuprador”, especialmente a partir do momento em que ela o acompanha, de livre e espontânea vontade, até uma praia deserta em uma noite de carnaval. Aliás, na tradição judiciária brasileira, isto praticamente inviabilizaria a idéia de estupro (IZUMINO, 2004).

Nos casos publicados, a diferença reside na situação econômica e “cultural” em que cada vítima se encontra: conforme a vítima, teremos um tipo de estuprador. A primeira notícia trata o estuprador como um indivíduo perigoso, formado na criminalidade, um delinqüente, uma ameaça social, o que contrasta com sua vítima, moça de família de classe média ou alta. Na segunda notícia, apresenta-se o “estuprador” como um rapaz “bêbado e dopado”, que estava nos subúrbios da cidade, numa festa de carnaval, logo num mundo profano, no qual as regras se encontram atenuadas e o corpo feminino erotizado. Sua vítima é uma moça desta mesma classe, que freqüentava o mesmo baile e que possivelmente “passou mal” em função da mesma bebida e outros estimulantes. Em certa medida, a vítima define a imagem do estuprador nos jornais e não o contrário. Logo, as cenas de violência sexual descritas nos jornais refletem a situação e condição econômica das vítimas. Nesse sentido a violência praticada no corpo feminino ou o ato do estupro em si adquirem relevâncias distintas.

A mulher adulta, quando vítima de estupro, é tratada com certa desconfiança pelo jornal, ainda mais, se a vítima é pobre, mas isso não acontece nos casos em que crianças estão envolvidas. Independentemente da situação econômica, a violência sexual em crianças irá, ao longo da década de 1970, ser expressamente condenada. Isto não é novidade, vários pesquisadores da história da infância no Brasil descrevem as mudanças ocorridas no século XIX com relação à noção de infância, incentivadas pelo saber médico e higienista. A partir de então, redobram-se os cuidados com as crianças, e a violência sexual praticada contra elas passa a ser extremamente repudiada. Em meio à desordem sexual, as crianças são consideradas alvos frágeis, vítimas em potencial. Assim, reportagens sobre crimes praticados contra elas revelam uma profunda aversão ao agressor, sentimento que tende a se fortalecer na década de 1980.

O artigo publicado no jornal *O Estado*, no dia 16 de setembro de 1979, intitulado “Nem crianças escapam à violência sexual”, foi a primeira reportagem que

---

Niterói, v. 8, n. 2, p. 257-281, 1. sem. 2008 **273**

encontrei que se referia à violência sexual como um problema de ordem pública. Embora a abordagem retratasse a preocupação das autoridades do município de Chapecó, situado no extremo oeste do estado de Santa Catarina, ela demonstrou o surgimento de uma nova sensibilidade – a intolerância – em relação ao abuso sexual de crianças, à pedofilia e ao incesto.

Uma ampla reportagem havia sido publicada depois que três casos de estupro tiveram repercussão pública. A maioria dos crimes envolvia incesto: pais que violentaram as filhas ou enteados. Os crimes causaram grande indignação na população, que pedia agilidade e justiça aos órgãos públicos. O artigo apontou a incidência e o crescimento do crime na cidade, alertando que as denúncias não representariam a realidade da periferia, onde o número de casos deveria ser pelo menos três vezes maior. Procurou também, com apoio de uma assessoria endossada por um delegado, um promotor, um psiquiatra e um sociólogo, discutir e levantar alguns fatores que estariam provocando tal crescimento.

Em nenhum momento, as vítimas dos abusos sexuais foram ouvidas e/ou tiveram suas falas publicadas. O artigo se propunha a entender o porquê do aumento da violência sexual, sem enfatizar ou mencionar os danos psíquicos e emocionais causados por essa forma de agressão. A justificativa encontrada se referia ao aumento da criminalidade e ao êxodo rural, uma parceria bastante recorrente, como já mencionamos. Logo, a incidência do crime sexual se justificaria pelo crescimento populacional e pelo aumento da pobreza, dessa “subcultura” que sofre com os problemas econômicos e sociais. O lugar social e espacial do “louco”, do “tarado”, do “estuprador” e do “maníaco” estava assim demarcado.

Para o delegado de polícia da comarca de Chapecó, a causa do aumento desse tipo de crime residia na tensão social existente na periferia, pois nos bairros mais pobres eram freqüentes os casos de “estupros brutais entre operários, desempregados e crianças”. Se a polícia fosse informada desses crimes, assegurou o delegado, o impacto na população seria bem maior. Segundo ele, o número de marginais propensos a este tipo de crime teria aumentado, devido à falta de cultura e à formação familiar inadequada, já que pais atentam contra as próprias filhas. O delegado refutou a teoria de que a falta de uma zona de prostituição institucionalizada teria alguma relação com os crimes sexuais, mencionando a cidade de Lages que contava com a maior zona de meretrício do estado e tinha também o maior índice de estupros e agressões sexuais em Santa Catarina.

Seguindo a linha de raciocínio do delegado, o promotor acrescentou que a “excessiva liberdade dos costumes” que repercutiu na desestruturação da família tornava-se um estimulante perigoso. Pontuou que para evitar este tipo de crime

---

**274** Niterói, v. 8, n. 2, 257-281, 1. sem. 2008

se fazia necessário atacar “as raízes incubadas dos desajustes familiares, situação socioeconômica deficitária e subcultura” (*O Estado*, 16/09/1979)

Para o psiquiatra Alan Serrano, a tendência era a de que os crimes sexuais aumentassem. Afirmou que “clínicamente, ‘o progresso vertiginoso imposto à população urbana e a importação de uma cultura estranha ao meio desestabiliza psicologicamente o homem mais rudimentar’”, enfatizando “que a fragilidade econômica brasileira constitui perigoso fator que pode propiciar o surgimento de ‘desvios de personalidade, cujo exemplo mais notório é o crime sexual’” (*O Estado*, 16/09/1979). Nesse sentido, ressaltou que os crimes sexuais se propagavam nas regiões mais carentes economicamente:

[...] as péssimas condições de vida da população mais oprimida e menos educada geram problemas familiares, desequilíbrios psíquicos e maus hábitos sociais (briga, desconfiança, alcoolismo, prostituição), o que repercute não só nos indivíduos mais frágeis e predispostos a doenças mentais como também sobre as crianças.

Condenou também o êxodo rural, em população como a de Chapecó, que cria situação de desagregação familiar e instabilidade nos hábitos da vida. É comum um agricultor vir cheio de esperança para a cidade e depois ter de enfrentar uma situação de trabalho árduo, contínuo e de baixa remuneração. O pai passa a beber desesperado, a mãe fica neurótica, o filho convive com marginais e a filha vira prostituta, detalha o psiquiatra. Alertando que esse quadro é comum nas cidades que sofrem de “febre desenvolvimentista”. (*O Estado*, 16/09/1979)

A violência sexual identificada nesse período teve um lugar social estabelecido, “a miséria”, originária de uma fatalidade dos novos tempos, a “febre desenvolvimentista”. Discurso psiquiátrico alicerçado pela cientificidade, a vala comum dos miseráveis, inevitavelmente – tal como no discurso da antropologia criminal do século XIX –, seria o “crime” e a “loucura”, círculo vicioso e hereditário (SCHWARCZ, 1993).

A proliferação dos manuais de médicos e engenheiros eugenistas, produzidos no século XIX e início do século XX, que em suma defendiam que a corrupção humana era derivada dos lugares insalubres e promíscuos e que o meio social determinava o homem, cresceria na década de 1970, junto com outras influências e teorias. Tal perspectiva está presente no artigo mencionado do dia 16/9, com a visão sociológica defendida por Santo Rosseto. Ainda que de forma menos enfática que o delegado, o promotor e o psiquiatra, Rosseto propunha que era necessário considerar todas as variantes antes de lançar algumas afirmações sobre aumento desse delito. Segundo ele, não haveria uma explicação universal para os crimes sexuais, “uma visão sociológica do fato pressupõe necessariamente a obtenção de uma série de dados que permitam levar em consideração todas as variáveis sobre a causa e a conjuntura social”. Ele propõe algumas interrogações preliminares para tentar retratar um quadro da violência sexual no município.

- 1) Qual a tipologia dos chamados “crimes sexuais” que estão ocorrendo? Como eles são narrados, descritos e notificados à população concretamente?
- 2) Existe algum índice de maior ou menor ocorrência sobre este ou aquele estrato social quanto aos indivíduos envolvidos nos atos julgados criminosos? Se existe, como pode ser posicionado o estrato social sobre o qual ocorre com maior incidência o fato?
- 3) Quais as reais condições de os membros desse estrato social pautarem o seu comportamento por normas e padrões vigentes no contexto da sociedade? Se os membros ou a maioria deles não podem ser identificados, de maneira preponderante, com este ou aquele estrato social, existe entre eles alguma identidade sociológica que permita a hipótese de estarem sob os mesmos influxos ou motivações sociais? (*O Estado*, 16/09/1979)

Estas interrogações refletem uma postura que pretende abrir um campo investigativo para a identificação e elucidação do crime sexual, uma vez que, como afirma o sociólogo, dados estatísticos não ajudariam a esclarecer a realidade do problema – ao contrário, baseiam-se em preconceitos e preconceitos para determinar o lugar social do agente provocador da violência sexual. Esta constatação surge dentro de um movimento que procurava compreender o motivo pelo qual a violência sexual é exercida. Entre as iniciativas preponderantes, o movimento feminista se destaca por lutar e promover debates com o intuito de criar instrumento para diminuir ou mesmo evitar a sua incidência. O incentivo à denúncia será um desses instrumentos que motivarão as ações dos vários movimentos sociais, contra todas as formas de violações dos direitos humanos.<sup>5</sup> É preciso denunciar para combater, pois “somente uma iniciativa pessoal das mulheres pode inverter a injustiça” (VIGARELLO, 1998, p. 211).

Outra imagem veiculada nos jornais era a do estuprador definido como “maníaco”, “louco” ou “monstro. O maníaco também possuía relação estreita com a miséria e a pobreza, conforme destacou o psiquiatra Alan Serrano, ao enfatizar que as dificuldades econômicas poderiam criar desvios de personalidade, principalmente no campo da sexualidade. Na notícia que se segue, “Maníaco sexual, autor de vários violamentos, é preso em Pirajubaé”, o texto aborda primeiramente a circunstância na qual o crime de estupro aconteceu, e depois descreve uma das faces desse estuprador:

#### DESEMPREGADO

Áureo Joaquim Faustino não possui qualquer profissão definida e a polícia acredita que ele esteja envolvido em roubos para poder se manter, além de constantemente viajar para Rio e São Paulo onde, segundo relata, possui parentes. Possui passagem anterior pela polícia por estuprar uma menor, resultando inquérito. Não faz muito tempo, esteve recolhido cinco dias na cadeia, por solicitação do próprio pai, que desejava vê-lo afastado do vício da maconha, mas de nada adiantou o confinamento.

<sup>5</sup> O incentivo à denúncia será um aliado na diminuição da violência sexual. Em 2001, a campanha “Violência Contra as Mulheres: um problema de todas e de todos” destacava como tema: “Violência Sexual: reconhecê-la para preveni-la; denunciá-la para detê-la”.

## FRANZINO

Além do ataque à mulher, Áureo Joaquim Faustino, jovem franzino, cabelos crespos, andou rondando outras residências da localidade. Com a sua prisão volta a tranquilidade à região, que vivia em constante sobressalto, devido às rondas noturnas de “Neném” – apelido do maniaco. (*O Estado*, 31/10/1973)

A figura do “maniaco” circulava entre a pobreza e o vício, a delinqüência e o desajuste social. “Neném”, apelido interessante para um “maniaco”, já possuía antecedentes criminais, por roubo e por estupro. O pai, prevendo sua incapacidade de impedir tais transgressões, pediu auxílio à polícia, o que, segundo a reportagem, não resolveu a situação. Neném voltou a agir, romper a norma, o limite da lei, mostrando, nesse sentido, a sua impossibilidade de ter uma vida considerada “normal”. Agressor sexual reincidente, usuário de maconha, desempregado: esses são elementos decisivos na imagem de um transtornado, de um psicopata. Excluído do discurso da “normalidade”, mas incluído no discurso da medicina mental, sua falta de capacidade de se recuperar pelos métodos tradicionais punitivos, como a cadeia, transformava este sujeito num agente especial, num desequilibrado que só a ajuda especializada seria capaz de tratar.

No jornal, as relações existentes entre loucura e crime sexual serviriam como uma explicação para a incidência de tal delito, transitando desde o meio social do sujeito até à formação psíquica perversa do acusado. Assim, somente o discurso autorizado, o psiquiátrico, terá o discernimento necessário para classificar um sujeito como “perverso sexual” ou como um simples delinqüente. Neném, ao mesmo tempo que revela uma relação estreita com o crime e com a delinqüência, justificada pela miséria, apresenta-se como uma constante ameaça, um ser perigoso e sem escrúpulo, um ser doentio. Eis aí o estereótipo do maniaco sexual: um ser obcecado, transtornado pelo desejo sexual, uma mente doentia, perversa e sádica.

Entretanto, quando as características descritas em Neném não eram encontradas nos agressores, sobressaía nas reportagens um olhar de estranhamento: “Maníaco de 20 anos é preso em São Paulo. Confessou 54 atentados. Ele não demonstra nenhum sinal de debilidade mental, apresentando, pelo contrário, memória prodigiosa para o detalhamento dos casos” (*O Estado*, 15/09/1973).

Esperava-se de um maniaco sexual provas de sua loucura. Ele transitaria entre a loucura e a indigência, entre a perversão e o crime. Como ressaltou Joel Birmam, ao analisar o surgimento do discurso psiquiátrico e sua relação intrínseca com a moral do século XIX, era necessário definir e enquadrar o autor – pois “o alienado e o criminoso deveriam ter destinos diversos, e ser submetidos a diferentes regimes de recuperação”, (BIRMAN, 1978, p. 7) ou seja, a prisão para o criminoso e o asilo para o alienado mental.

Estes regimes significariam também diferentes tratamentos estipulados para o sujeito. “Um criminoso, um viciado das paixões como Sade ou um imoral, devem ser reprimidos de modo severo, e o seu processo de isolamento deve ser mais violento do que aquele a que é submetido o alienado” (BIRMAN, 1978, p. 7).

Embora as implicações para os sujeitos responsáveis pelo crime possam parecer mais rígidas, prisão em vez de tratamento psiquiátrico, ser definido como *insano* ou *louco* trará, a médio ou longo prazo, conseqüências para a família e para o próprio meio social. Desta forma, é importante sublinhar a diferença que se estabelece entre um “tarado”, tratado como irresponsável e, por vezes, engraçadinho, um estuprador pobre, marginal, sem educação, e um maníaco sexual, “anormal”, que provém de um meio social promíscuo e que compartilhou a miséria da família germinada na loucura da pobreza. Caberia a pergunta: quantos “maníacos sexuais” haveria nessa família?

Estas observações são interessantes inclusive para refletirmos sobre o que significa ser definido como um “maníaco sexual”. Cria-se uma expectativa em relação ao maníaco sexual esperando-se que, em algum momento, na sua história de vida, se encontre uma explicação para a “desordem sexual”. Segundo Foucault, a intervenção da psiquiatria nos processos criminais ocorridos no início do século XIX passa a exigir que o sujeito julgado confesse seu crime, pois é preciso que o criminoso fale, faça um exame de consciência, esclareça aquilo que é. “O que a psiquiatria do século XIX inventou foi esta entidade absolutamente fictícia de um crime louco, um crime que seria inteiramente louco, uma loucura que nada mais é do que crime” (FOUCAULT, 2004, p. 8).

Na reportagem intitulada “Paulo Lopes quase não acredita: Pedro estuprou suas três filhas”, evidencia-se que a família também acata o estereótipo do sujeito definido como louco sexual. Reconhecer um parente como maníaco sexual e partilhar com ele laços de afetividade e solidariedade deflagra um sentimento de desprezo que envolverá toda a família.

Ouvindo o depoimento das moças Natal J.V, cunhado do acusado, sentiu desprezo e revolta.

Não sabia e nem desconfiava desta monstruosidade, mas não me surpreende a faceta de conquistador de Pedro. Para mim ele agora não passa de um monstro e a prisão perpétua será pouco para ele. (*O Estado*, 09/03/1972)

No jornal: “O servente Pedro Marcelino Pereira, aparentemente um chefe de família exemplar e sem vícios, teve essa imagem irremediavelmente manchada quando a mulher, Isabel, “irrompeu Delegacia adentro para denunciar o marido”. A vida de Pedro ficaria para sempre marcada pela denúncia na delegacia e a publicidade no jornal. Antes, era um cidadão exemplar, agora um monstro, um criminoso. Esta nova

---

**278** Niterói, v. 8, n. 2, 257-281, 1. sem. 2008

imagem, no entanto, não afetaria apenas ele, mas toda a família. O jornal *O Estado* narra toda a dramaticidade do episódio.

#### PRESO PELO FILHO.

Tido como pai e cidadão exemplar – segundo o próprio prefeito de sua cidade – Pedro continuava tranqüilamente exercendo suas funções de servente do grupo escolar Targino Boaventura da Costa, na localidade, em Paulo Lopes. Em pouco tempo, porém, sua vida haveria de mudar. Sabendo, através de sua mãe, da “desgraça que se abateria sobre o lar da família”, o PM J.C.P., filho do estuprador, fez-se acompanhar de colegas seus da Rádio-patrolha e comandou a dramática missão de prender o próprio pai. (*O Estado*, 09/03/1972)

O PM agora era o filho do estuprador, e suas irmãs, as vítimas seduzidas e estupradas pelo pai. Tal como a vida de Pedro “haveria de mudar”, também assim a de toda a família. Nesta alcova trágica, todos, de alguma forma, foram afetados. A imagem de um homem violentador, incestuoso, acompanhará Pedro por um bom tempo, talvez até a sua morte. Do mesmo modo, permanecerá o estigma de “filho do estuprador” ou “filha violentada pelo próprio pai”.

O prefeito da cidade manifestou-se, demonstrando surpresa e preocupação, não com os traumas da vítima, mas com a dificuldade econômica que se lançaria sobre a família.

#### PROBLEMA SOCIAL

Para o prefeito de Paulo Lopes, Osni Manuel dos Santos, o crime de Pedro foi uma surpresa tão grande que ainda não se acostumou a encará-lo como um delinqüente, obscuro reverso de uma moeda que reverberava honestidade e honradez.[...]

Preocupado com o destino da família do criminoso, que ficará sem sustento, o prefeito pensa em empregar a mulher de Pedro, Isabel, em sua vaga de servente.

Nesse contexto, há inicialmente duas situações: na primeira, se condena o incesto e, embora se mencione a palavra trauma, este não foi tratado como relevante. Na segunda, sublinha-se o problema econômico trazido pela denúncia. A morte psíquica da vítima de violência sexual será um problema abordado em meados dos anos 1980, atrelado à construção cultural e social cada vez mais ostensiva da violência sexual como o grande mal dos últimos tempos.

O período da ditadura militar foi marcado, entre outros aspectos, pelos enfrentamentos políticos, pela luta pela anistia, pelo fortalecimento do movimento feminista, por mudanças nas relações de gênero, como também por mudanças urbanas, sociais e culturais. A violência se insere nesse contexto por sua presença constante nos conflitos políticos e cotidianos. A violência urbana, a criminalidade, a agressão à mulher, os crimes sexuais existem no Brasil há muito tempo. A violência, de certa forma, acompanha o próprio caminho sinuoso da História. É justamente nesse per-

---

Niterói, v. 8, n. 2, p. 257-281, 1. sem. 2008 **279**

curso de uma história inusitada que a violência e suas inúmeras formas ganharam uma intensidade e uma visibilidade que não possuíam.

Nesse sentido, este artigo procurou esboçar que o tema da violência sexual possui historicidade e que, portanto, permeia o próprio campo de análise. As reportagens nos jornais, ao publicarem as notícias referentes à violência sexual, não se encontravam isoladas, associavam o aumento da criminalidade e as denúncias de violência sexual, à “febre desenvolvimentista” e ao aumento da população, principalmente de uma população das “margens”. Nas margens se localizavam os indesejáveis, fomentando e incentivando os crimes, crimes que se multiplicavam, ao lado da “normalidade”.

A violência sexual será em grande medida regulada e gerida a partir de novas intervenções na sexualidade, da intolerância a esses delitos, da forma como vemos a vítima, o agressor e a todos a sua volta.

*Abstract: In the context of the Military Dictatorship, the newspapers of Florianópolis referred to a growing wave of violence and, directly or indirectly, to sexual violence. As a justification to understand the increase of the criminality, the newspaper pointed out that poverty and the increase of population are the main causes. Beside that, the social and cultural transformations between the years of 1960 and 1970 let emerge an intolerance of some crimes, especially those that involved women and children. This article demonstrates the existent relationship between the increase of criminality, the gradual increase of sexual crimes and the narratives of the sexual cases of violence found in the newspapers.*

*Keyword: sexual violence; military dictatorship; criminality.*

(Recebido em maio de 2007 e aprovado para publicação em agosto de 2007.)

## Referências

BATAILLE, G. *O erotismo*. São Paulo: Arx, 2004.

BIRMAN, J. *A psiquiatria como discurso da moralidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

FIQUEIREDO, D. C. Gênero e poder no discurso jurídico. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 15, n. 21, p. 37-52, abr. 1997.

\_\_\_\_\_. Vítimas e vilãs, monstros e desesperados: como o discurso judicial representa os participantes de um crime de estupro. *Revista Linguagem em (Dis)cur-*

**280** Niterói, v. 8, n. 2, 257-281, 1. sem. 2008



so, v. 3, n. 1, 2003. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0301/05.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2006.

FOUCAULT, M. *Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade I: a vontade saber*. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

GAVRON, E. L. *Seduções e defloramentos: o controle normativo das práticas sexuais em Florianópolis-1930/1940*. 2002. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

GUILLERBAUD, J. *A tirania do prazer*. Tradução Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

HEILBORN, M. Violência e mulher. In: VELHO, G.; ALVITO, M. (Org.). *Cidadania e violência*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ; Ed. da FGV, 2000.

IZUMINO, W. P. *Justiça e violência contra mulher: o papel do sistema judiciário na solução de conflitos de gênero*. 2. ed. São Paulo: Annablume: FAPES, 2004.

MARCONDES FILHO, C. *A produção social da loucura*. São Paulo: Paulus, 2003.

NECKEL, R. *Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979)*. 2004. Tese (Doutorado em História)-Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

PELUSO JUNIOR, V. A. O crescimento populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e na estrutura da cidade. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, 3. fase, n. 3, 1981.

REVISTA DE DIREITO PENAL, Rio de Janeiro, n. 9-10, jan./ jun. 1973.

SANTAELLA, A. *Psiquiatria social da vida moderna*. São Paulo: Resenha Universitária, 1976.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. [S.l.: s.n.], 1993.

SMITH, A. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2000.

VELHO, G.; ALVITO, M. (Org.). *Cidadania e violência*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ; Ed. da FGV, 2000.

